

Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos Tomada especial de preços de dezembro de 2020 e do ano de 2020

Resultados obtidos em 2020

- Os dados da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos¹ (tomada especial devido à pandemia do coronavírus), realizada pelo DIEESE, indicaram que, em 2020, os preços do conjunto de alimentos básicos, necessários para as refeições de uma pessoa adulta (conforme Decreto-lei 399/1938) aumentaram em todas as capitais. As maiores altas foram registradas em Salvador (32,89%) e Aracaju (28,75%). Em Curitiba foi observada a menor elevação (17,76%).
- Entre novembro e dezembro de 2020, o custo da cesta foi maior em nove cidades e menor, em oito; com destaque para as elevações de João Pessoa (4,47%), Brasília (3,35%) e Belém (2,96%). As maiores diminuições foram registradas em Campo Grande (-2,14%) e Salvador (-1,85%).
- Em São Paulo, capital onde foi realizada coleta presencial desde o início da pandemia, a cesta custou R\$ 631,46, com alta de 0,36% na comparação com novembro. Em 2020, o preço do conjunto de alimentos subiu 24,67%.
- Com base na cesta mais cara que, em dezembro, foi a de São Paulo, o DIEESE estima que o salário mínimo necessário deveria ser equivalente a R\$ 5.304,90, o que

1

¹ Devido à pandemia da covid-19, o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) suspendeu, em 18 de março, a realização presencial da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos e implementou uma tomada de preços especial a distância para verificar o custo da cesta.

corresponde a 5,08 vezes o mínimo vigente, de R\$ 1.045,00. O cálculo é feito levando-se em consideração uma família de quatro pessoas, com dois adultos e duas crianças.

- O tempo médio necessário para adquirir os produtos da cesta para o conjunto das capitais, considerando um trabalhador que recebe salário mínimo e trabalha 220 horas por mês, foi, em dezembro, de 115 horas e 08 minutos, maior do que em novembro, quando ficou em 114 horas e 38 minutos.
- Quando se compara o custo da cesta com o salário mínimo líquido, ou seja, após o desconto referente à Previdência Social (alterado para 7,5% a partir de março de 2020, com a Reforma da Previdência), verifica-se que o trabalhador remunerado pelo piso nacional comprometeu, em dezembro, na média, 56,57% do salário mínimo líquido para comprar os alimentos básicos para uma pessoa adulta. Em novembro, o percentual foi de 56,33%.

TABELA 1
Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (tomada especial)
Custo e variação da cesta básica em 17 capitais
Brasil – dezembro de 2020

Capital	Valor da cesta	Variação mensal (%)	Porcentagem do Salário Mínimo Líquido	Tempo de trabalho	Variação no ano (%)
São Paulo	631,46	0,36	65,33	132h56m	24,67
Rio de Janeiro	621,09	-1,36	64,25	130h46m	20,15
Porto Alegre	615,66	-0,22	63,69	129h37m	21,60
Florianópolis	615,57	-0,23	63,68	129h35m	20,30
Vitória	600,28	-1,04	62,10	126h22m	20,24
Brasília	591,82	3,35	61,23	124h35m	24,88
Campo Grande	576,48	-2,14	59,64	121h22m	28,08
Belo Horizonte	568,53	2,93	58,82	119h41m	27,79
Goiânia	563,80	1,14	58,33	118h41m	23,98
Curitiba	540,36	-1,27	55,90	113h46m	17,76
Fortaleza	534,96	-0,81	55,34	112h37m	23,37
Belém	500,89	2,96	51,82	105h27m	20,95
Salvador	479,08	-1,85	49,56	100h52m	32,89
João Pessoa	475,19	4,47	49,16	100h02m	27,21
Recife	469,39	1,38	48,56	98h49m	19,20
Natal	458,79	0,74	47,46	96h35m	19,55
Aracaju	453,16	0,41	46,88	95h24m	28,75

Fonte: DIEESE

3

Principais variações em 2020

Em 2020, a maior parte dos produtos apresentou elevação de preços em todas as capitais, causada, principalmente, pela desvalorização cambial, pelo alto volume das exportações e por fatores climáticos, em decorrência de longos períodos de estiagem ou de chuvas intensas.

- O preço médio da **carne bovina de primeira** registrou alta em todas as capitais, por diversos motivos: intenso ritmo de exportação, principalmente para a China; baixa disponibilidade de boi gordo no pasto; elevação nos preços de importantes insumos pecuários importados; e aumento no valor dos insumos de alimentação, como o milho e o farelo de soja.
- O **leite UHT** e a **manteiga** tiveram aumento de preços em todas as cidades. Na maior parte do ano, foram verificados baixos estoques nacionais de leite no campo e custos

elevados de produção, principalmente de insumos como soja e milho; além de problemas climáticos, como chuvas irregulares e secas extremas.

- O **arroz agulhinha** também foi “vilão” em 2020 e a alta de preço passou a ser mais intensa após abril desse ano. Os motivos que se destacaram foram a desvalorização do real frente ao dólar, que aumentou o custo de produção e elevou o volume de grão exportado; a diminuição da área plantada nos últimos anos; e, o abandono da política de estoques reguladores por parte do governo.
- A trajetória do preço médio do **óleo de soja** foi de alta ao longo de 2020; e, entre dezembro de 2019 e dezembro de 2020, todas as capitais tiveram aumento nos preços. O Brasil exportou um elevado volume de soja e derivados, devido ao real desvalorizado em relação ao dólar e à forte demanda externa.
- A **batata**, pesquisada no Centro-Sul, teve o valor aumentado em todas as cidades na comparação entre o preço de dezembro de 2019 e dezembro de 2020. O clima foi um fator com grande impacto nas altas de preço do tubérculo ao longo de 2020. Houve redução na oferta da batata, principalmente naquela de melhor qualidade.
- O preço do quilo do **açúcar** aumentou em todas as cidades. Mesmo com maior produção de cana-de-açúcar, as exportações aquecidas limitaram a oferta interna.
- O preço médio da **farinha de trigo** e do **pão francês** aumentou em todas as capitais. Como o Brasil não produz a quantidade de trigo suficiente para o consumo interno, é necessária a importação. O real desvalorizado frente ao dólar encareceu muito o trigo e seus derivados.
- O valor do **tomate** apresentou elevação em todas as capitais, na comparação de dezembro de 2019 e dezembro de 2020. Redução de área plantada e fatores climáticos foram os motivos que influenciaram na alta do fruto.

TABELA 2
Variação no ano do custo da cesta básica e dos produtos
Brasil – dezembro de 2020

Produtos	Centro-Oeste			Sudeste				Sul			Norte	Nordeste					
	Brasília	Campo Grande	Goiânia	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Vitória	Curitiba	Florianópolis	Porto Alegre	Belém	Aracaju	Fortaleza	João Pessoa	Natal	Recife	Salvador
Total	24,88	28,08	23,98	27,79	20,15	24,67	20,24	17,76	20,30	21,60	20,95	28,75	23,37	27,21	19,55	19,20	32,89
Carne	21,97	25,51	22,06	14,80	8,54	24,84	9,26	16,38	12,67	12,14	17,76	30,79	21,02	21,62	18,84	22,95	32,01
Leite	11,88	24,08	24,91	35,62	29,14	31,33	38,00	21,01	29,83	30,28	19,40	32,03	27,81	29,46	28,31	35,65	21,71
Feijão	25,35	38,84	12,39	21,94	56,92	17,33	55,40	61,48	62,79	65,83	23,31	22,41	28,67	22,45	27,08	43,96	17,54
Arroz	67,77	85,09	80,36	80,14	66,15	61,41	76,83	65,49	70,69	90,78	85,28	73,18	88,29	75,29	84,20	85,46	80,67
Farinha	12,56	11,49	18,34	11,27	28,54	11,99	17,65	2,22	8,58	26,02	20,00	9,61	50,51	23,02	17,92	35,91	10,96
Batata	77,00	83,08	56,36	99,28	60,97	42,72	89,82	46,18	76,74	69,44							
Tomate	60,53	46,63	60,06	62,54	28,84	39,00	5,79	31,08	16,59	9,40	58,35	73,71	44,77	64,26	9,68	12,91	102,56
Pão	5,33	2,78	7,01	6,91	9,26	9,63	2,82	2,79	7,35	5,41	1,76	2,20	12,97	9,43	20,99	9,06	5,56
Café	12,25	4,11	3,32	13,63	11,51	21,67	-3,75	-1,20	-4,38	5,55	7,09	0,99	8,70	-6,88	3,39	-3,14	-6,78
Banana	28,56	49,67	24,08	60,67	32,98	25,98	59,72	7,44	30,89	41,02	9,37	19,09	0,99	53,07	-7,51	-16,22	39,78
Açúcar	15,57	25,53	37,82	38,55	13,55	7,38	30,39	-1,22	11,97	15,42	15,21	32,69	34,82	33,01	33,48	30,18	23,04
Óleo	123,99	108,71	105,00	118,23	93,26	118,50	105,96	25,70	97,48	126,32	107,93	115,94	118,32	113,22	109,86	127,72	107,53
Manteiga	5,37	3,51	7,10	23,74	7,45	10,69	6,80	7,35	8,48	11,88	3,18	11,67	6,92	5,87	8,57	1,50	8,52

Fonte: DIEESE

São Paulo – Números de dezembro

- Valor da cesta: R\$ 631,46
- Variação mensal: 0,36%.
- Variação no ano: 24,67%.
- Produtos com alta de preço médio em relação a novembro: banana (8,46%), açúcar refinado (6,50%), arroz agulhinha (4,57%), óleo de soja (4,35%), café em pó (3,71%), batata (2,75%), carne bovina de primeira (2,39%), pão francês (2,13%) e feijão carioguinha (0,41%).
- Produtos com redução de preço médio em relação a novembro: tomate (-17,46%), leite integral (-1,37%), farinha de trigo (-0,91%) e manteiga (-0,86%).
- Variações em relação a dezembro de 2019: óleo de soja (118,50%), arroz agulhinha (61,41%), batata (42,72%), tomate (39,00%), leite integral (31,33%), banana (25,98%), carne bovina de primeira (24,84%), café em pó (21,67%), feijão carioguinha (17,33%), farinha de trigo (11,99%), manteiga (10,69%), pão francês (9,63%) e açúcar refinado (7,38%).
- Jornada necessária para comprar a cesta básica: 132 horas e 56 minutos.
- Percentual do salário mínimo líquido gasto para compra dos produtos da cesta para uma pessoa adulta: 65,33%.
- O valor médio da cesta básica paulistana em 2020 foi de R\$ 558,33 o que correspondeu a um aumento de 13,86% em relação a 2019 (R\$ 490,36). A jornada média de um trabalhador remunerado pelo salário mínimo para a aquisição dos produtos foi de 116 horas e 20 minutos, maior que a registrada em 2019, quando ficou em 108 horas e 09 minutos. Já o percentual do salário mínimo total empenhado com a compra da cesta paulistana foi de 53,45%, em 2020, e de 49,13%, em 2019 (Tabela 3).

TABELA 3
Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Comprometimento médio anual do salário mínimo total e jornada média anual
necessária para aquisição da cesta básica média anual
Município de São Paulo – 1959/2020

Ano	Cesta Básica x Salário Mínimo em %	Jornada de Trabalho Necessária	Ano	Cesta Básica x Salário Mínimo em %	Jornada de Trabalho Necessária
1959	27,12	65h5	1990	92,42	203h19
1960	33,96	81h30	1991	74,79	164h32
1961	29,96	71h54	1992	85,56	188h14
1962	39,50	94h48	1993	78,07	171h46
1963	40,97	98h20	1994	102,35	225h10
1964 ⁽¹⁾	-	-	1995	99,69	219h18
1965	36,74	88h10	1996	88,08	193h46
1966	45,62	109h15	1997	81,32	178h56
1967	43,85	105h14	1998	81,98	180h22
1968	42,33	101h35	1999	79,86	175h42
1969	45,97	110h20	2000	78,47	172h38
1970	43,82	106h11	2001	73,51	161h42
1971	46,58	111h48	2002	70,53	155h10
1972	49,65	119h09	2003	73,20	161h04
1973	61,25	147h	2004	68,09	149h48
1974	68,10	163h26	2005	62,60	137h43
1975	62,36	149h39	2006	52,67	115h53
1976	65,63	157h30	2007	51,95	114h17
1977	59,30	142h19	2008	57,68	126h54
1978	57,34	137h37	2009	49,47	109h53
1979	63,78	153h04	2010	48,61	106h56
1980	65,57	157h22	2011	49,35	108h35
1981	62,36	149h40	2012	47,08	103h35
1982	54,74	131h22	2013	48,44	106h57
1983	73,56	176h33	2014	47,64	105h21
1984	81,10	194h38	2015 ⁽³⁾	49,45	109h19
1985	74,38	178h30	2016	51,87	114h12
1986	78,89	189h20	2017	46,41	102h11
1987	86,86	208h28	2018	46,59	102h50
1988 ⁽²⁾	71,34	167h48	2019	49,13	108h09
1989	77,88	171h20	2020	53,45	116h 20

Fonte: DIEESE

Nota: (1) O DIEESE não possui os preços de 1964

(2) De janeiro a setembro, foi considerada a jornada legal de 240 horas. De outubro a dezembro, 220 horas.

(3) Percentual e jornada que consideram a série de dezembro recalculada pela mudança metodológica. Na série antiga, o percentual foi de 49,38% e a jornada de 109 horas e 05 minutos